



## Plataformização do trabalho dos jornalistas: uma outra face da precarização

**Janara Nicoletti<sup>1</sup>**

Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), Universidade Federal de Santa Catarina

**Roseli Figaro<sup>2</sup>**

Coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, CPCT, Universidade de São Paulo.

### **Resumo:**

Este artigo debate a plataformização dos processos produtivos jornalísticos como um elemento que potencializa a precarização do trabalho de jornalistas. Parte-se da premissa que historicamente os trabalhadores no jornalismo sempre estiveram expostos a condições laborais precárias. Neste sentido, qual seria então a diferença na atualidade e a pertinência de continuar evidenciando o fato da precarização? A digitalização, as empresas de plataformas e as formas de circulação das informações alteraram a tradicional forma de produzir jornalismo, com consequências para a profissão e as condições de trabalho. Essa argumentação traz desafios para pensarmos o futuro da profissão e do que conhecemos como jornalismo. Para fundamentar essa discussão, as autoras recorrem aos resultados do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, bem como a dados de estudos anteriores sobre o tema.

**Palavras-chave:** Perfil do Jornalista Brasileiro 2021; transformações do jornalismo; precarização do trabalho dos jornalistas; plataformização; comunicação e trabalho.

### **1. Introdução**

O jornalismo é um campo em contínua transformação e no Brasil a profissionalização se dá, sobretudo, a partir do início dos anos de 1950, momento em que

---

<sup>1</sup> Janara Nicoletti é jornalista, mestre e doutora em Jornalismo (PPGJOR/UFSC) e pesquisadora associada ao Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: janarant@gmail.com.

<sup>2</sup> Roseli Figaro é editora da revista Comunicação & Educação, professora do programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da USP, coordenadora do CPCT-ECA-USP e presidenta da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, COMPOS. E-mail: roseli.figaro@gmail.com

crece a influência estadunidense nos modos de fazer jornalismo (RIBEIRO, 2003). O Diário Carioca e o Jornal do Brasil são exemplos paradigmáticos desse período. Importantes para a profissão de jornalista foram as medidas de Samuel Wainer, desde a fundação do jornal Última Hora, em 1951. Wainer adotou a contratação em carteira de trabalho, aumentou salários e reconheceu direitos trabalhistas aos então profissionais de sua empresa (RIBEIRO, 2003). As mudanças trabalhistas implantadas no Última Hora confrontaram práticas de informalidade, amadorismo e trabalho não reconhecido. Para Karla Monteiro (2020), biógrafa de Wainer, aquele foi o momento em que o trabalho de reportagem parou de ser um bico e os jornalistas deixaram de buscar cargos em gabinetes políticos. Mas, o período de bons salários e reconhecimento profissional não durou muito. A crise política arrebatou as condições de trabalho no Última Hora.

Outro momento de mudanças na organização do trabalho com impactos na empregabilidade e nos salários foi a informatização das redações. A reforma no Grupo Folha, especialmente, na Folha de São Paulo, em 1984, causou um grande número de demissões, impacto que veio se somar à derrota da categoria na greve de 1979. Abreu (2002, p. 28) afirma que as reformas na empresa jornalística foram sobretudo tecnológicas, com a difusão da informática, aspecto que teve como objetivo “baratear custos operacionais”. Desse período em diante, com altos e baixos nas formas de organização profissional e trabalhista, os jornalistas entram no século XXI pelos novos ventos da Internet<sup>3</sup>, com o desafio de aprender o que é fazer jornalismo online e manter seus empregos.

A crise da bolha da internet, em 2001<sup>4</sup>, espalha insegurança e descrédito, iniciando um período de muitas transformações para a profissão. Como mostraram Moretzsohn (2002), Heloani (2005), Adghirni (2012), Figaro, Nonato e Grohmann (2013), Mick e Lima (2013), Lelo (2019) e Nicoleti (2019) a precarização das condições de trabalho passa a ser um aspecto que caracteriza a profissão, fazendo com que seja mencionada como das piores para se trabalhar (LELO, 2019, p. 244). Se a precarização das condições de trabalho é uma constante na profissão, na atualidade, o trabalho plataformizado apresenta uma cisão a práticas tradicionais da imprensa, demanda a adoção de novas gramáticas comunicacionais e amplia a polivalência, a flexibilidade, a rotatividade, os baixos salários, a intensificação do ritmo de trabalho e a ampliação das horas diárias trabalhadas, na maioria das vezes sem qualquer contrato e sem reconhecimento de direitos trabalhistas.

---

<sup>3</sup> O Jornal do Brasil foi o primeiro jornal online no país, lançado em 1996.

<sup>4</sup> Ver em: <https://warren.com.br/magazine/bolha-da-internet/>

Desse modo, o nosso objetivo é discutir, a partir dos dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, o retrato da precarização da profissão no contexto de plataformização. De acordo com os dados, 61,5% dos trabalhadores da mídia atuam em veículos online, enquanto mais da metade dos profissionais de fora da mídia desenvolvem funções para as redes sociais. Já os docentes atuam quase que predominantemente online. Para cumprir esse objetivo, dividimos este artigo em três partes. Na primeira, discutimos a perspectiva teórica sobre plataformização do trabalho e seus impactos no jornalismo e no trabalho jornalístico. Na segunda, debatemos os resultados da pesquisa à luz dos conceitos sobre plataformização do trabalho e suas implicações na profissão. Por fim, procedemos às conclusões possíveis.

Os dados da pesquisa foram coletados a partir de um survey, realizado entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021, cujo objetivo foi verificar questões demográficas sobre o trabalho dos jornalistas brasileiros, bem como indicadores de precarização e adoecimento. Os resultados apresentados neste artigo partem de um plano amostral referente a 3.100 respostas válidas.

Para refletir sobre a relação entre precariedade do trabalho e plataformização foram selecionados os indicadores jornada, remuneração, vínculos e função, local de trabalho, vigilância e monitoramento, e ataques online. Os três últimos são afetados diretamente pelo ambiente digital e trabalho por meio de aplicativos e plataformas de comunicação e gerenciamento de dados.

## **2. Plataformização do trabalho jornalístico amplifica precarização**

Denominamos como empresas de plataforma aquelas organizações capitalistas, privadas que disponibilizam infraestrutura de tecnologia para dar suporte a relações comerciais das mais diversas e operam com dados. Elas aceleram a circulação do capital (GROHMANN, 2020), impondo uma outra relação de tempo/espaço para a realização do valor. O negócio dessas empresas não é vender tecnologia. Elas vendem dados. São empresas que atuam no mercado da informação, da publicidade, da remodelagem algorítmica com distintas finalidades. O Google (Alphabet) só pode operar a partir das buscas e das interações feitas pelos usuários. O Facebook, WhatsApp, Instagram (Meta) vendem dados, o mesmo acontece com a Amazon. A Uber não é dona de carros nem mesmo de restaurantes. O valor dessas empresas se constrói a partir das interações com seus usuários.

Para Srnicek (2018, p. 49) as plataformas “são um novo tipo de empresa”. Seus proprietários detêm softwares, hardware e um conjunto de recursos materializados em riquezas naturais como minérios, água, território, edifícios, cabos submarinos, controle das redes de fibra óptica, que conectam continentes via internet. Costa (2021, p. 142) fala da “arca submarina” da Microsoft que instala seus provedores no fundo do mar para baratear energia. Google e Facebook detêm mais de 50% da publicidade online<sup>5</sup> nos Estados Unidos e em países como o Brasil. O serviço de “nuvem”, vendido pela Microsoft, Google, Amazon entre outras, controla as informações de pessoas, governos, hospitais, centros de pesquisa, empresas e universidades. Van Dijck (DIGILABOUR, 2019, p.1) afirma que “as plataformas não são constructos neutros ou livres de valor. Possuem normas e valores específicos inscritos em suas arquiteturas”. Ou seja, esse novo tipo de empresa caracteriza a forma atual de exploração das riquezas e do trabalho humano. Elas se apropriaram dos conhecimentos tecnocientíficos, privatizaram a internet e detêm os segredos de seus algoritmos.

Quando usamos a palavra ‘plataformização’ para caracterizar as relações de trabalho, estamos operando com um processo metonímico para nomear um processo de reestruturação das relações entre trabalho e capital na atual circunstância. A plataformização é a desqualificação dos vínculos trabalhistas, a desestruturação das legislações de direito do trabalho, a responsabilização individualizada pelos custos do trabalho para a pessoa que o realiza (FAIRWORK, 2022). Dessa forma, a precarização além de reeditar as características tradicionais do trabalho precário, institui a normalização da quebra da relação visível, palpável entre pessoa jurídica (empresa) e pessoa física. Instala, portanto, uma desordem que impele a pessoa que trabalha ao total abandono, sem qualquer suporte legal.

No jornalismo, a plataformização opera na precarização dos vínculos de trabalho e no redesenho das rotinas produtivas, muda os processos de trabalho e dá prevalência às lógicas da monetização das audiências. Menospreza-se o saber especializado e o profissional torna-se ‘produtor de conteúdo’, ‘gestor de redes sociais’, ‘analista de redes sociais’, ‘social media’ entre outras denominações (FIGARO et.al., 2021). A jornada de trabalho é ampliada e intensificada porque o mesmo profissional é multitarefa, produz ao mesmo tempo para mídias diferentes: impresso, online, redes digitais, atendendo aos diferentes *affordances* de cada plataforma. Monitora redes digitais para pautar as ‘notícias’, a apuração exige também o

---

<sup>5</sup> Google é acusado de formar 'cartel' com Facebook em publicidade online... - Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/01/19/processo-acusa-facebook-e-google-de-cartel-para-fixar-precos-de-anuncios.htm?cmpid=copiaecola>

conhecimento do tratamento de dados e mineração de dados. O gênero sensacionalista ou a denominada imprensa marrom do século XX ganhou em padronização para a escrita SEO, privilegiando o posicionamento para as buscas no Google e, assim monetizar a audiência, alicerçados pelos temas *top trends* das listas das redes digitais. A exposição pública do profissional é maior e sua retaguarda de apoio nem sempre se sustenta. Os relatórios nacionais (FENAJ, 2021; 2022) sobre a ampliação da violência contra jornalistas apontam que o exercício da profissão tornou-se mais arriscado.

Outro aspecto da plataformização do jornalismo e a consequente precarização do trabalho é a redação virtual (SILVA, 2019; FIGARO; SILVA, 2020). Se o fenômeno foi desenvolvido por arranjos de trabalho de jornalistas devido às carências de infraestrutura para o trabalho, no período da pandemia de Covid-19, a redação virtual tornou-se uma realidade para todas as equipes de jornalistas. No home office, no presencial ou no híbrido, devido ao isolamento, os aplicativos passaram a ser adaptados para todos os tipos de atividades jornalísticas. Aspecto, que de um lado pode ser positivo, mas densifica e acelera o ritmo do trabalho com múltiplas atividades concomitantes, expõe ainda mais o profissional, reduz o número de trabalhadores nas equipes, torna mais barato o custo de produção para as empresas repassando-o para os profissionais.

### **3. Discussão dos resultados: precarização do trabalho como regra**

O Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (LIMA et al, 2022) observou três perfis de profissionais que têm em comum a auto-identificação como jornalista: jornalista da mídia, docentes e jornalistas de fora da mídia. Dos 3.100 respondentes, 57,8% são mulheres, e 67,8% se auto-declararam como brancos, enquanto negros e pardos representam 9,3% e 20,6%, respectivamente.

O estudo indica o aumento da precarização laboral e altos índices de adoecimento. Para se ter uma ideia, 40,6% já sofreram assédio moral, enquanto 32,7% relataram terem sido alvo de violência verbal e 11,1% foram vítimas de assédio sexual no seu local de trabalho. Somado a isso, a alta carga laboral, equipes reduzidas e prazos apertados resultam em um quadro preocupante de stress e adoecimento mental: 66,2% dos participantes se sentiam estressados no trabalho e 34,1% foram diagnosticados com estresse. Outros 31,4% já haviam recebido orientação para tomar antidepressivos devido a problemas de saúde mental.

Observou-se também desvalorização do trabalhador e elevada pressão. Do total, 92% possui ensino superior completo, dos quais 28,6% têm especialização, 14,7% mestrado e 6,3% doutorado. Portanto, a categoria possui alta qualificação e profissionalização o que não se reflete na estabilidade de carreira.

Ao se analisar de forma mais profunda informações ligadas à precarização salarial do trabalho dos jornalistas, percebe-se um aumento da informalidade, quando comparado com a primeira edição do estudo<sup>6</sup>, do número de horas trabalhadas, de rendimentos incompatíveis para suprir as necessidades básicas de subsistência, além da baixa proteção de benefícios básicos.

Na segunda edição do perfil, 45,8% dos participantes são contratados segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outros 10,5% atuam como servidores públicos e 3,8% são Pessoa Jurídica (PJ), dona ou sócia de empresa com funcionários. Por outro lado, os PJ ou Microempreendedores individuais sem funcionário correspondem a 14,7% da amostra. Neste sentido, eles perdem proteções legais conferidas às pessoas sob a lei trabalhista e passam a se responsabilizar pelos impostos de sua atividade laboral, além de perderem benefícios sociais preconizados pela legislação ou adquiridos por meio de convenções laborais. Essas são as características do processo de plataformização do trabalho que rompe os laços coletivos e dos reconhecimentos profissionais para instaurar a concorrência interindividual pelo trabalho que pode ser oferecido a vários fornecedores de serviços. Embora o estudo não tenha se debruçado especificamente nesta temática, a prevalência do trabalho para e nas plataformas permite fazer esta análise.

Trabalhadores temporários ou por contrato representam 6,2% da amostra (contrato temporário, por hora-aula ou de prestação de serviços). Aqueles com cargos comissionados somam 6,4%. Já 9,6% atuam em funções totalmente informais do ponto de vista legal, ou seja, não são cobertos por qualquer tipo de legalização de sua relação profissional. Dessa forma, no total, 24% dos jornalistas possuem vínculos precários de trabalho.

Apesar de a maioria possuir vínculos formais, é reduzido o percentual de pessoas que recebem benefícios como plano de saúde (37,9%), vale ou auxílio transporte (18,6%). Quando questionados sobre equipamentos de proteção individual (EPIs), item de segurança de trabalho previsto pela NR 6, apenas 3,7% informaram receber este recurso de seus

---

<sup>6</sup> Quem é o jornalista brasileiro? Síntese da pesquisa O Perfil do jornalista brasileiro, 2012. Disponível em <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>  
Edição impressa completa: Mick, J., Lima, S. Perfil do jornalista brasileiro. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

empregadores. Outro aspecto que vale destacar é que somente 4,6% recebiam auxílio jurídico por parte da empresa contratante, assim como pouco mais de 10% recebiam treinamento in-company ou incentivo à qualificação.

Do ponto de vista salarial, a renda média dos jornalistas brasileiros é superior ao salário mínimo vigente no país em 2021 (Tabela 1). Porém, a maioria não consegue pagar suas despesas básicas sempre (36%) ou às vezes (23,9%), enquanto os demais declararam que o salário é suficiente para quitar as despesas básicas da vida.

Tabela 1. Renda bruta mensal dos jornalistas brasileiros

<b>Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?</b>		
Sem renda	31	1,3%
Até R\$ 1100	100	4,3%
De R\$ 1101 a R\$ 2200	263	11,4%
De R\$ 2201 a R\$ 3300	313	13,5%
De R\$ 3301 a R\$ 4400	304	13,1%
De R\$ 4401 a R\$ 5500	362	15,6%
De R\$ 5501 a R\$ 11000	628	27,1%
De R\$ 11001 a R\$ 22000	227	9,8%
Acima de R\$ 22001	50	2,2%
Não quero informar	36	1,6%
<b>Total respondentes</b>	<b>2314</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Relatório Final do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima et al, 2022)

Com estes indicadores de renda, escolaridade e vínculo verifica-se uma condição de precariedade marcada por remunerações incompatíveis com a qualificação e os custos de vida, e o aumento de vínculos precários. Eles são reforçados por outros indicadores. De acordo com o estudo, a maioria dos participantes está em meio de carreira ou pode ser considerado um trabalhador sênior, devido ao seu tempo de trabalho: 27,2% têm mais de 20 anos de carreira. Entre 11 e 20 anos, são 26,1%. Já quem é jornalista até uma década representa 35,5%, sendo que 6,2% iniciaram sua carreira no máximo há um ano.

Porém, quando observada a permanência no emprego atual estes dados refletem uma categoria instável. Mais da metade dos respondentes havia iniciado no local de trabalho principal há até três anos (Tabela 2). Estes dados ratificam outras investigações que concluem a instabilidade da profissão e a baixa perspectiva de carreira para os jornalistas brasileiros.

Tabela 2. Tempo de trabalho na função atual

<b>Você está há quanto tempo no seu trabalho principal?</b>		
Até 1 ano	582	25,8%
Entre 1 e 3 anos	579	25,7%
De 3 a 6 anos	352	15,6%
Entre 6 e 10 anos	290	12,9%
De 10 a 20 anos	281	12,5%
Entre 20 e 30 anos	94	4,2%
Mais de 30 anos	64	2,8%
Outro (especifique)	13	0,6%
<b>Total de respondentes</b>	<b>2255</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatório Final do Perfil do Jornalista Brasileiro 2021 (Lima et al, 2022)

### 3.1 Trabalho remoto e jornada ampliada

Nos últimos dois anos, a emergência sanitária gerada pela pandemia do Sarscov-2 intensificou o trabalho remoto e o uso de plataformas para comunicação, gerenciamento e publicação de conteúdos. No Brasil, apesar de não terem sido implementadas regras federais para conter a pandemia, milhares de trabalhadores passaram a trabalhar de forma remota. De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, 61,3% dos participantes exerciam sua atividade profissional em home office. Outros 10,9% informaram desenvolver uma jornada híbrida, parte em casa e parte no escritório, enquanto 24% disseram trabalhar no escritório, e os demais fazem seu trabalho em locais públicos ou privados com internet. Apesar de os dados da pesquisa terem sido coletados mais de um ano e meio após o início da pandemia, a rotina de trabalho permanecia alterada para maior parte dos jornalistas brasileiros<sup>7</sup>.

O perfil dos jornalistas indica que os trabalhadores foram responsabilizados pela infraestrutura do trabalho remoto. De 2.255 respondentes à pergunta “Os equipamentos, móveis, softwares e outros itens necessários para seu trabalho foram pagos por quem?”, 47% responderam “por mim mesma (o) e 0,9% “por familiares”. Para 18,4%, os investimentos em equipamentos e mobiliário do home office foram divididos entre empregador e funcionário. Já 33,5% informaram que a empresa custeou estas despesas.

Por outro lado, a migração para o home office representa uma intensificação dessa tendência e a fusão entre vida e labor. Diferentes estudos sobre o trabalho durante a pandemia indicam uma maior pressão sobre os trabalhadores em home office, incluindo aumento da carga horária. Alguns dos constrangimentos percebidos no trabalho foram: aumento da pressão por produtividade, cobrança e intensificação do trabalho; redução salarial; censura,

<sup>7</sup> Estudos sobre o trabalho dos jornalistas durante a pandemia mostra um aumento da sobrecarga,



assédio moral; falta de direitos trabalhistas, não cumprimento do contrato, entre outros (FIGARO et. al. 2020; FIGARO et.al., 2021).

Entre junho e agosto de 2021, 37,1% dos jornalistas tinham uma jornada diária entre sete e oito horas, outros 16,9% trabalhavam entre 5 e 6 horas, enquanto quase 30% trabalhava acima de nove horas por dia, e 12,6% passava das 11 horas de trabalho diário. Os resultados demonstram a manutenção da jornada de trabalho intensa como um elemento central da rotina profissional do jornalista, independente do setor no qual a pessoa atua.

Quando questionados se “é comum você trabalhar mais do que o contratado (fazer horas-extras)?”, 71,5% responderam que sim. Dos três grupos profissionais observados, os docentes foram os que tiveram um percentual um pouco maior que a média (77.6%). Este também é o grupo em que o trabalho remoto passou a ser quase que predominante entre os docentes - 88,5% dos professores participantes informaram estarem trabalhando em casa nos últimos seis meses. A taxa de participação maior que os outros dois grupos (mídia 59,8% e fora da mídia, 58,2%) reflete a migração do ensino superior para o home office durante praticamente toda a pandemia na maior parte das instituições brasileiras.

Outro indicador sobre a precariedade é o tempo de descanso. Dos três grupos, apenas quem atua fora da mídia possui mais da metade dos respondentes com oito ou mais folgas mensais (ou seja, ao menos quatro finais de semana de folga). Enquanto isso, 7% dos trabalhadores da mídia e 5,4% dos docentes informaram não terem sequer um dia de descanso por mês - ou seja, jornadas sem parar. Mais de 40% dos trabalhadores da mídia e professores têm menos de cinco folgas mensais (ao menos uma por semana), enquanto 22,1% dos trabalhadores fora da mídia não conseguem folgar pelo menos uma vez ao mês.

Para além do momento histórico da pandemia, esta é a realidade reportada por diferentes estudos brasileiros e internacionais sobre o trabalho dos jornalistas. À medida que as redações encolhem e as práticas profissionais se moldam para atender aos novos fluxos informacionais do trabalho digital e nas plataformas, é exigido trabalhar mais e em menos tempo.

Van Dijck, Poell e de Vall pontuam que a tomada de decisão baseada na datificação da atividade dos usuários mina a independência do jornalismo. “Ao invés de depender de decisões editoriais baseadas em julgamentos jornalísticos, o processo noticioso “automatizado” seria determinado pela demanda quantificada do usuário” (2018, p. 55, tradução nossa).

### 3.2 Exploração do trabalho e vigilância

Dos 3100 jornalistas respondentes, 1.335 trabalhavam na mídia. Apesar de somente 2,7% indicarem como função principal a de Gestor de redes sociais, 27,3% exerciam essa atividade como uma atribuição diária. Entre os que atuam fora da mídia, 2,3% tinham como função principal atividade voltada para as redes sociais, mas a maioria atuava com monitoramento (52,2%) ou gestão de conteúdo (53,4%).

Assim, a produção para as plataformas representa importante elemento de precarização por meio da multifuncionalidade e sobrecarga laboral. O trabalho nestes ambientes é tratado como atividade complementar agregada por diferentes profissionais, sem que estes sejam dedicados à função. Porém, a informação produzida demanda conhecimento das gramáticas específicas de cada plataforma, da linguagem e valores jornalísticos, além de profissionais capazes de reunir estes dois universos em um conteúdo interessante para os olhos do público. O desinvestimento em recursos humanos dedicados para a função gera um problema duplo: a informação jornalística produzida para estes canais necessita tratamento diferenciado daquele dado à mídia tradicional, apesar disso, os valores das plataformas divergem dos valores do jornalismo, gerando conflito de interesses que demanda constante monitoramento por parte de quem produz para as plataformas.

O segundo ponto de atenção desses dados é ligado ao valor do trabalho empregado para a produção de conteúdo nestes ambientes. O percentual ínfimo de profissionais da mídia e fora dela que afirmam terem como função oficial alguma atividade para redes sociais contrasta com o número bastante significativo de pessoas que, de fato, possuem como atividade laboral alguma função ligada às plataformas. Esta “discrepância” demonstra muito além de sobrecarga de trabalho por meio do acúmulo de funções e necessidade de atualização constante para atender às transformações contínuas dos algoritmos e regras de uso das plataformas, ela escancara a exploração do trabalho vivo para as plataformas, assim como o desinvestimento em uma atividade que passou a acompanhar a estratégia de negócio de presença nas redes, atração de público e conversão das mais diferentes organizações.

De acordo com a pesquisa, mais de um quarto (29,1%) dos jornalistas participantes relataram já terem sofrido ataques ou ameaças virtuais. Quando se observa em detalhes por perfil profissional, entre os trabalhadores da mídia 37,1% dos respondentes informaram já terem sido alvo da violência online. Em percentual pouco menor, 22,4% dos docentes

responderam que já foram vítimas desse tipo de ação. Não à toa o primeiro grupo é o mais exposto ao escrutínio alheio.

Além da violência online, a vigilância e monitoramento por parte de gestores aparecem como mais uma violação aos direitos do trabalhador. Além de ser um abuso de hierarquia, esta ação também pode intimidar e servir como forma de coação a livre expressão do pensamento. De 2017 respondentes a esta questão, 27,1% informaram já terem sido vigiados por superiores. Entre os professores, o percentual é pouco maior que a média geral (28,6%), porém, os três perfis quando analisados individualmente têm em torno de um quarto dos respondentes afetados por monitoramento online.

Esta é uma condição que preocupa, especialmente ao se analisar os dados de pessoas que se dizem constrangidas por gestores ou superiores (42,9% do total de participantes). Além disso, 35% admitiu já ter deixado alguma atividade profissional por receio de sofrer retaliação. Entre os jornalistas da mídia este percentual é de 37,7%, entre os docentes, 33,3%, e entre os trabalhadores fora da mídia, 30,8%.

Já em relação a pessoas que afirmaram terem trabalhado sob coação, 17,8% do total informaram terem vivido uma situação deste tipo. Entre os professores, este valor chegou a 21,1%, superior aos profissionais da mídia (18,7%) e fora da mídia (15,8%).

## **Conclusões**

O processo de plataformação do jornalismo tem aprofundado a precarização das condições de trabalho dos profissionais. Porém, além da precarização e como causa dela, o que se tem é o controle da verba publicitária por plataformas como Google e Facebook, tornando essas empresas aquelas que, de fato, interferem na vida econômica das tradicionais empresas jornalísticas. Mais ainda, como parte da lógica produtiva das plataformas, que operam com dados, elas passaram a ditar as rotinas produtivas: como se pesquisa, como se escreve, como se publica, para quem se produz a notícia. O mercado da atenção, ou seja, da audiência, também é controlado pelas empresas de plataformas, o que redundará na monetização via publicidade programática. Ou seja, o fato que vai se configurando é que as empresas de plataformas passam a ser as verdadeiras publishers. Esse aspecto tem sido tema de estudo de muitos pesquisadores (NIEBORG; POELL, 2018; BELL et. al, 2018; JURNO; D'ANDREA, 2020; SILVA et.al, 2020).

Os dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021, conforme analisamos, confirmam a crescente precarização das condições de trabalho desses profissionais. À

precarização salarial somam-se os ataques à segurança e à integridade moral e física desses trabalhadores, com destaque para os problemas de saúde. Indicadores que demonstram o problema estrutural da precarização do trabalho dos jornalistas que vão muito além de critérios formais analisados recorrentemente para observar a qualidade laboral dos trabalhadores. O estudo indica vários elementos de vulnerabilização dos jornalistas a diferentes tipos de riscos para sua empregabilidade e qualidade de vida. Isto aparece de forma generalizada em todos os perfis profissionais verificados.

Quando se debate a relação entre precariedade e plataformização entre os jornalistas, o que chama atenção em primeira instância é a tendência de flexibilização dos vínculos, o trabalho por demanda e descentralizado, além da desvalorização do trabalho vivo na produção da informação plataformizada e a sobrecarga laboral que gera adoecimento e stress. Estas condições “caracterizam o gig journalism, deixando os jornalistas vulneráveis às decisões dos empregadores e as mudanças econômicas da indústria da mídia, a não ser que exista uma forte intervenção sindical e definição clara sobre as atividades de trabalho” (AMADO; MÁRQUEZ-RAMIREZ; WAISBORD, 2021, p. 258, tradução nossa).

No caso do jornalismo brasileiro, o baixo índice de sindicalização e a estrutura monopolizada do sistema de mídia atuam como fatores de vulnerabilização da categoria. Além disso, “No contexto da precarização do trabalho, a reserva industrial de trabalhadores, expulsa de relações — e redações — formais de trabalho, busca nas plataformas meios para exercer uma atividade profissional” (BARROS et al, 2021, p.8)

Neste sentido, se faz necessário debater a desregulação do trabalho jornalístico devido às plataformas, assim como seus riscos à segurança e privacidade dos profissionais. Desde a digitalização das redações, passando pela chegada da internet, da Web 2.0, 3.0 das plataformas e agora a inteligência artificial, o jornalismo tenta incessantemente se adaptar aos novos tempos. Isso acontece porque seu produto é focado para o público, o qual interage e adota as tecnologias num compasso mais acelerado que a capacidade de transformação das culturas profissionais verificadas neste estudo. Na tentativa de acompanhar a evolução tecnológica, a lógica do trabalho flexibiliza o processo e explora o produtor, que passa a ser tratado como copartícipe dos resultados e seu trabalho é medido por meio de algoritmos criados para atender aos interesses das empresas de plataforma. Surge talvez uma segunda camada de precariedade, aquela que o trabalho desenvolvido para uma organização (muitas vezes multicanal - rádio, tv, online) também serve para atender aos interesses das gigantes

tecnológicas que detêm o poder sobre as regras do jogo mercadológico nas plataformas - os quais deixam trabalhadores e instituições à mercê de seus interesses.

Os dados do Perfil do Jornalista 2021 aliado a outros estudos sobre jornalismo em plataformas demonstram os modos de produção passaram a se adequar às normas das plataformas impondo aos trabalhadores uma sobrecarga de trabalho, a constante avaliação de sua produtividade por meio de algoritmos que centralizam o sucesso ou insucesso em critérios de interatividade. Esses dois fatores somados jogam o fardo da responsabilidade naquele que produz, não na estratégia ou no negócio.

### Referências:

ABREU, Alzira A. **A modernização da imprensa** (1970-2000). Rio de Janeiro: Zaahar, 2002.

ADGHIRNI, Zélia. Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: Pereira, Fábio; Moura, Dione & Adghirni, Zélia (orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis, Insular, 2012, pp. 61-79.

AMADO, Adriana; MÁRQUEZ-RAMIREZ, Mireya; WAISBORD, Silvio. Labor Precarity and Gig Journalism in Latin America. In.: CHADHA, Kalyani; STEINER, Linda. **Newswork and Precarity**. Oxfordshire: Routledge, 2021.

BARROS, Janaina V. et al. A plataformação do trabalho jornalístico: dimensões, regime de publicação e agenda de pesquisa. **Avatares**, n 21, junho 2021.

Bell, E., Owen, T., Brown, P., Hauka, C. & Rashidian, N. (2017). A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM**, 20(6), 48-83.  
<https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8D79PWH>

COSTA, Flávia. **Tecnoceno**. Algoritmo, biohackers y nuevas formas de vida. Buenos Aires: Taurus, 2021.

DIGILABOUR. A Sociedade da Plataforma: entrevista com José van Dijck. 6 de março de 2019. **Digilabour**. Disponível em:  
<https://digilabour.com.br/2019/03/06/a-sociedade-da-plataforma-entrevista-com-jose-van-dijck/>

FAIRWORK. **Fairwork Brazil Ratings 2021: Towards Decent Work in the Platform Economy**. Porto Alegre, Brazil; Oxford, United Kingdom, Berlin, Germany, 2022.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil** - relatório 2020. Federação Nacional dos Jornalistas, 2021. Disponível em:  
[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf)

\_\_\_\_\_. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil** - relatório 2021. Federação Nacional dos Jornalistas, 2022. Disponível em:  
<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021.pdf>

FIGARO, Roseli. NONATO, Cláudia. GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho de jornalistas**. São Paulo: Salta, 2013.

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr./jul. 2020.

FIGARO, Roseli, et. al. **Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19?** São Paulo: ECA-USP / Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

Disponível em:

[http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes\\_cpct/como-trabalham-os-comunicadores-no-contexto-de-um-ano-da-pandemia-de-covid-19-1-ano-e-500-mil-mortes/](http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/publicacoes_cpct/como-trabalham-os-comunicadores-no-contexto-de-um-ano-da-pandemia-de-covid-19-1-ano-e-500-mil-mortes/)

\_\_\_\_\_. **Relatório dos resultados da pesquisa como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?** São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em:

[http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio\\_Executivo\\_Covid19-\\_CPCT2020-2.pdf](http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio_Executivo_Covid19-_CPCT2020-2.pdf)

GROHMANN, Rafael. A Comunicação na Circulação do Capital em Contexto de Plataformização. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, e 5145, mai. 2020

HELOANI, José. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo: FGV, 2005.

JURNO, A. & D'ANDRÉA, C. Facebook e a plataformização do jornalismo: um olhar para os Instant Articles. **Revista Eptic**, 22 (1), 179-196, 2020.

<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12084>

LELO, Thales Vilela. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 2, 2019, pp. 243-261.

\_\_\_\_\_. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 2019. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas, 2019.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral) et al. **Perfil do Jornalista Brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em:

2022. <https://perfildejornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>

MICK, Jaques, LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MONTEIRO, Karla. **Samuel Wainer**: O Homem que Estava Lá. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215446>

NIEBORG, D.; POELL, T. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, 1-18, 2018. <https://doi.org/10.1177/1461444818769694>

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

SILVA, Ana Flávia Marques da. **A redação virtual e as rotinas produtivas dos arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes) – Universidade de São Paulo, 2019.

SILVA, G.; SANSEVERINO, G.; SANTOS, M. & MESQUITA, L. Como as plataformas digitais provocaram uma ruptura no modelo de jornalismo consolidado no século XX. **Revista Eptic**, 22 (1): 2020, 162-178. <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12124>

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WALL, M. **The platform society**. New York: Oxford University, 2018.